

Bolsonarismo é um fenômeno recente. Nasce de uma combinação de fatores. E vai se ajustando às circunstâncias conforme se consolida. Como um movimento político de direita, ressignificou e atualizou o conservadorismo brasileiro. Acolheu em seu interior forças sociais que até meados desta década viviam uma espécie de orfanade política e eleitoral. Desta forma, justapõe-se a um processo mais amplo de transformações da sociedade brasileira, do qual fazem parte a emergência dos evangélicos, a crescente exposição das pessoas às tecnologias de comunicações e a alteração nas formas de sociabilidade com a onipresença das redes sociais.

Para entender como num pequeno espaço de tempo eclodiram e se amalgamaram esses e outros processos, temos de conhecer em profundidade todas as suas dimensões. Por isso esperamos que esta abrangente coletânea de análises e ensaios, produzida a partir da mobilização da inteligência sociológica e da sensibilidade política de inúmeros estudiosos seja apta a colocar as bases para a compreensão deste fenômeno chamado bolsonarismo. É um livro que, além de ensinar, estimula a pensar.

BOLSONARISMO

BOLSONARISMO TEORIA E PRÁTICA

ORGANIZADORES
GERALDO TADEU MONTEIRO
CARLOS SÁVIO TEIXEIRA

Geraldo Tadeu Monteiro
Carlos Sávio Teixeira
Organizadores

PRIMEIRO

TEORIA E
PRÁTICA

Na noite de 28 de outubro de 2018, muitos brasileiros assistiam, ainda incrédulos, aos telejornais e sites de notícias que anunciavam a inédita e acachapante vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição para a Presidência da República. Mesmo que as pesquisas tivessem antecipado os números finais, para muitos de nós, jornalistas, analistas e cientistas sociais, aquele resultado parecia tão inesperado quanto indecifrável.

Foi para responder a este desafio que os autores aqui reunidos pelo Cebrad/Uerj e pelo LAI/UFF se debruçaram sobre as várias facetas do "fenômeno Bolsonaro", buscando entender sua estrutura, sua dinâmica e suas relações com o sistema político brasileiro e com as transformações sócio-demográficas por que tem passado o nosso país. A compreensão do bolsonarismo representa não somente um desafio intelectual para as ciências sociais, mas também para todos aqueles que se preocupam com os destinos da democracia em nosso país.

BOLSONARO RISKO

© Copyright Geraldo Tadeu Monteiro e Carlos Sávio Teixeira

Gamma Livraria e Editora

Conselho Editorial: Bethania Assy, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Geraldo Tadeu Monteiro, Gláucio Marafon, Ivair Reinaldim, João César de Castro Rocha, Lúcia Helena Salgado e Silva, Maria Cláudia Maia, Maria Isabel Mendes de Almeida, Mirian Goldenberg e Silene de Moraes Freire.

Coordenação Editorial e Revisão: Juliana Rios

Diagramação: Larissa Luz dos Santos

Capa: Paulo Vermelho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bolsonarismo : teoria e prática / Geraldo Tadeu

Monteiro e Carlos Sávio Teixeira (organizadores).

-- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Gamma Livraria e Editora, 2020.

"Cebrad LAI".

Vários autores.

ISBN 978-65-86052-32-9

1. Bolsonarismo 2. Bolsonaro, Jair Messias, 1955- 3. Brasil - Política e governo 4. Democracia - Brasil - História 5. Movimento social e político - Brasil 6. Presidentes - Brasil - Eleição I. Monteiro, Geraldo Tadeu Moreira. II. Teixeira, Carlos Sávio.

20-48681

CDD-321.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Bolsonarismo : Movimento social e político :
Ciências políticas 321.0981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Gamma Livraria e Editora

Rua da Quitanda, nº 67, sala 301

CEP.: 20.011-030 – Rio de Janeiro (RJ)

Tel./Fax: (21) 2224-1469

E-mail: gramma.editorarj@gmail.com

Site: www.grammaeditora.com

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

BOLSONARISMO

Geraldo Tadeu Monteiro
Carlos Sávio Teixeira
Organizadores

TEORIA E
PRÁTICA

gamma

SUMÁRIO

Introdução.....	11
<i>Geraldo Tadeu Monteiro</i> <i>Carlos Sávio Teixeira</i>	
Bolsonaro, o primeiro presidente “evangélico” do Brasil.....	19
<i>Brand Arenari</i>	
As relações entre os poderes sob o Bolsonarismo.....	39
<i>Christiane Itabaiana Martins Romêo</i> <i>Lier Pires Ferreira</i> <i>Ricardo Basílio Weber</i>	
Americanismo e Bolsonarismo.....	57
<i>Clarisse Gurgel</i> <i>Frederico Irias</i>	
O “Povo” e a Guerra Cultural no Campo Bolsonarista.....	83
<i>Edson Farias</i>	
A vitalidade mal compreendida: as classes populares e Bolsonaro...107	
<i>Emerson Rocha</i> <i>Ricardo Visser</i>	
“Fake news” e o mito: a revolta contra as mediações.....	133
<i>Eric Veiga Andriolo</i>	

A agenda Bolsonarista nas políticas públicas	151
<i>Frederico Lustosa da Costa</i>	
Bolsonaro e a sociologia da crise política brasileira	173
<i>Geraldo Tadeu Monteiro</i>	
De provas e convicções: os efeitos da Operação Lava-Jato e a eleição de Jair Bolsonaro	203
<i>Izabel Saenger Nuñez</i>	
O Bolsonarismo na Saúde	217
<i>José Antonio Sestelo</i>	
<i>Leonardo Vital Mattos</i>	
<i>Lígia Bahia</i>	
<i>Elza Maria Cristina Laurentino de Carvalho</i>	
<i>Maria Luíza Levi</i>	
A Mensagem e o Arauto	239
<i>Joyce Lucas</i>	
<i>William Magalhães</i>	
Jair Messias Bolsonaro: violência e retórica	259
<i>Oswaldo Munteal</i>	
<i>Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes</i>	
Crise programática, moralização da política e o Bolsonarismo	281
<i>Roberto Dutra</i>	
Uma “Biografia” do plebiscitarismo: a ascensão de Bolsonaro e suas consequências políticas	309
<i>Carlos Sávio G. Teixeira</i>	
Sobre os Autores	331
Índice Remissivo	341

SOBRE O CEBRAD

O *Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia* (Cebrad) é um núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas, criado em 28 de fevereiro de 2018, estruturado como um Grupo de Pesquisa, junto ao CNPq, constituído junto à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), destinado a estimular a reflexão acadêmica sobre a Democracia em suas várias dimensões, com especial interesse nas experiências brasileira e latino-americana.

O Cebrad tem como seu objetivo primordial reunir docentes e pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior do Brasil e do Exterior, em áreas afins às ciências sociais, para desenvolver estudos e pesquisas sobre a teoria e sobre a experiência democrática atual, tanto no Brasil quanto no Exterior (com especial foco na América Latina) e assim contribuir para o aprimoramento das instituições democráticas.

O Cebrad possui as seguintes linhas de pesquisa:

1. Governança Democrática, Instituições e Controle social do Poder Político;
2. Constitucionalismo e Judicialização dos Direitos;
3. Sociedade Civil Organizada e Participação;
4. Desafios Multiculturais à Democracia: etnia, gênero e religião;

5. Teoria Democrática Contemporânea;
6. Eleições e Representatividade Política;
7. Opinião Pública, Espaço Público e Mudanças na Cultura Política;
8. Desigualdade Social, Violência e Democracia.

Participam do Cebrad vinte pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa do país e do Exterior. O Centro é coordenado pelo Prof. Dr. Geraldo Tadeu Moreira Monteiro, Professor da Faculdade de Direito da Uerj. Ver página no Facebook: <https://www.facebook.com/cebrad.uerj/>. Contatos: cebrad.uerj@gmail.com.

SOBRE O LAI

O Laboratório de Alternativas Institucionais busca propor soluções para o enorme descompasso que existe entre as aspirações da maioria dos cidadãos no mundo e as perspectivas a respeito da política e da economia no pensamento contemporâneo. A organização institucional da política e da economia nas democracias atuais não garante os seus próprios pressupostos: cidadãos livres e capacitados, dispondo de condições culturais e econômicas para atuar em ambiente social onde a desigualdade não impeça a iniciativa individual e coletiva.

Por isso, a reflexão sobre arranjos institucionais alternativos aos existentes, que sejam capazes de cumprir a promessa democrática, é imperativa. Na dimensão econômica, instituições que ampliem substancialmente as oportunidades para trabalhar e produzir de modo a reconfigurar o que entendemos por mercado e, na dimensão política, instituições que propiciem uma participação política que gere mudanças efetivas. A premissa do LAI é a de que investir no social sem mudar as instituições não constrói cidadania. O seu objetivo é estudar as instituições como a organização construída da sociedade. Dois eixos temáticos vêm recebendo atenção especial: a reorganização da economia e a reorganização da política.

Eixo 1 – Reorganização institucional da economia de mercado.

Uma das premissas, a ser testada e desdobrada em pesquisas, é a de que uma economia de mercado pode revestir formas institucionais radicalmente diferentes, com conseqüências para a distribuição do poder, da riqueza e da renda.

Eixo 2 – Reorganização institucional da política democrática. Natureza e efeitos das formas de governo que hoje existem no mundo, especialmente o presidencialismo clássico americano e o regime parlamentar. Importância de desvincular o princípio liberal de fragmentação do poder do princípio conservador de desaceleração da política.

Estruturado como Grupo de Pesquisa junto ao CNPq, o LAI está vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Compõe-se por pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa do país e do Exterior. É coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Sávio G. Teixeira. Contato: csgteixeira@id.uff.br

INTRODUÇÃO

Na noite de 28 de outubro de 2018, muitos brasileiros assistiam, ainda incrédulos, aos telejornais e sites de notícias que anunciavam a inédita e acachapante vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição para a Presidência da República. Mesmo que as pesquisas tivessem antecipado os números finais, para muitos de nós, jornalistas, analistas e cientistas sociais, aquele resultado parecia tão inesperado, quanto indecifrável. Não somente, Jair Bolsonaro seria eleito o 38º presidente do Brasil, mas a chamada “onda bolsonarista” varreria o país de ponta a ponta (com exceção do Nordeste) para eleger pelo menos doze dos 27 governadores, 22 senadores e cerca de 222 deputados federais, sem contar os inúmeros deputados estaduais eleitos por todo o país, em nome de Bolsonaro.

O enigma persiste. Como teria sido possível a um obscuro parlamentar, concorrendo por um partido de baixa representatividade, sem recursos, encarnando um discurso radical de extrema direita, lembrado por declarações polêmicas, racistas, machistas e homofóbicas, galgar a mais alta magistratura da Nação, a bordo de um capital de mais de 57 milhões de votos? Como se explicaria a adesão de pacatos cidadãos e cidadãs de classe média a um candidato que defende abertamente a ditadura militar, a tortura, que menospreza negros, mulheres, indígenas e que se declarava incompetente em matéria de economia? Seria a eleição de Jair Bolsonaro um acidente histórico, ligado às particularidades de uma conjuntura favorável ou, pelo contrário, expressão e vetor de mudanças sociais mais profundas? Um dos objetivos a que se propuseram os organizadores desta obra consiste em uma tentativa de dar sentido, não só à vitória eleitoral e política

de Bolsonaro, mas, especialmente, àquilo que ela representa em termos de transformações que têm ocorrido na estrutura social brasileira.

Para além do interesse pelas conjunturas que criaram as condições para a eleição de um presidente de extrema direita, outro tema chamou a nossa atenção: o surgimento de um movimento social e político conservador e autoritário, abrangendo diferentes grupos (policiais, ex-policiais, militares, lideranças evangélicas, empresários, entre outros), que ocupa ruas e redes sociais em apoio a Jair Bolsonaro. Este movimento, que foi caracterizado pela imprensa como “bolsonarismo” representa o segundo desafio ao qual este livro procura responder.

Ao longo do trabalho, o leitor encontrará várias definições de bolsonarismo espalhadas pelo texto. Esta diversidade é salutar e proposital, na medida em que estamos ainda tateando na floresta de símbolos que este novo momento da política brasileira está vivendo. Estamos ainda buscando a compreensão dos complexos movimentos que se desenrolam em nossa sociedade nos últimos anos, no âmbito dos quais o bolsonarismo é uma das expressões mais candentes. Para além da pluralidade de definições que serão encontradas nos trabalhos aqui publicados, há, no entanto, um conjunto de características que lhe são comuns e que resumiremos na sequência.

Como todos os movimentos que se formam em apoio à uma liderança, o bolsonarismo se distingue pela relação direta com o líder, aqui cognominado “mito”, o que lhe confere um *status* de sacralidade, empalmando-o à títulos semelhantes, como “Duce” ou “Führer”. O bolsonarismo, embora possua uma base comum por referência à uma ideologia vaga que mistura olavismo, anticomunismo e conservadorismo, é um movimento que se define por seguir as orientações de Jair Bolsonaro. O parâmetro de Verdade e de Justiça para os bolsonaristas é aquilo que seu líder define como tal.

Como todo movimento social, o bolsonarismo é heteróclito, abrindo desde ex-membros das forças policiais, nostálgicos da ditadura militar, até lideranças religiosas conservadoras, passando por lavajatistas, teraplanistas, militantes anticomunistas e antiglobalização. Cada uma dessas vertentes possui organizações, objetivos e discursos próprios. Apesar das diferenças, encontram-se unidos pela posição de resistência e combate aos inimigos reais ou imaginários. No plano político, a luta é contra os comunistas, esquerdistas, feministas, abortistas, ecologistas e globalistas; no plano das ideias, o combate é contra o “marxismo cultural”, as “ideologias de gênero” e o “globalismo”. Para o bolsonarismo, há um sentido de mis-são neste combate: o “outro lado” não é feito de pessoas que simplesmente

discordam das posições do movimento; ele é constituído de pessoas más, isto é, antipatrióticas, corruptas e moralmente depravadas. Por isso, não há convivência possível com elas. Elas têm que ser aniquiladas.

Este movimento, que se formou no rescaldo das manifestações da classe média a favor do *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff e que encontrou em Bolsonaro a expressão dos seus anseios, atuou no processo eleitoral, criando uma gigantesca máquina de difusão de mensagens falsas, e, após a chegada ao poder, mantém-se agindo, dentro e fora do Estado, em apoio à agenda do líder. Como ocorreu com outros movimentos de direita no mundo, o bolsonarismo crescerá mesmo ao ser abrigado pelo poder de Estado. O movimento está, ao mesmo tempo, dentro e fora do governo; está nos gabinetes e nas ruas. Mesmo com o desembarque dos lavajatistas a partir da saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça, o bolsonarismo segue fortalecido em setores do governo, em especial na Educação, na Cultura, nas políticas de Direitos Humanos, na Saúde e nas Relações Exteriores, como demonstram vários estudos deste livro.

Por fim, procuramos analisar também a estrutura, a composição e o funcionamento do governo Bolsonaro. As relações entre os poderes, as políticas públicas, em particular o combate à pandemia e o exercício de um presidencialismo plebiscitário foram temas que serviram de base à essas contribuições. Como regra geral, os estudos aqui publicados demonstram sobejamente o *modus operandi* do governo Bolsonaro, que consiste na tentativa de ampliação das zonas de poder presidencial (como nos embates entre o Executivo e o STF), no desmonte das estruturas institucionais e organizacionais até aqui predominantes (como no caso do meio ambiente) e na inflexão das políticas públicas historicamente formuladas e implementadas no país (como nos casos das políticas de Educação e Cultura) em função de agendas neoliberais e conservadoras impostas pela ala ideológica do bolsonarismo. A prática política do governo Bolsonaro é de confronto e ruptura com as regras formais e informais que regulam as ações de governo e as relações institucionais. O governo Bolsonaro é – e seguirá sendo – um governo militante.

Este livro compõe-se de quatorze capítulos que se debruçam sobre as diversas facetas do fenômeno do “bolsonarismo”. No primeiro capítulo, intitulado *Bolsonaro, o primeiro presidente evangélico do Brasil*, Brand Arenari apresenta e discute a relação entre Bolsonaro e os evangélicos, tomando como pano de fundo a transformação, ainda em curso, das formas de consciência religiosa e moral no país. A transição de uma teologia do sofrimento para uma teologia da prosperidade, cuja atração

de grande parte das classes populares parece indicar o fim da longa e duradoura hegemonia católica entre nós.

O segundo capítulo, *As relações entre os poderes sob o Bolsonarismo*, escrito por Christiane Romão, Lier Pires Ferreira e Ricardo Weber, empreende uma análise, no âmbito das promessas não realizadas da Nova República, sobre como o bolsonarismo confronta os pilares institucionais do país, especialmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, ressuscitando os fantasmas de uma nova ruptura institucional. Na visão dos autores, o bolsonarismo é um herdeiro do autoritarismo conservador há muito presente na vida política nacional e seu ataque aos poderes constituídos não tem por objetivo suprimi-los, mas de moldá-los à sua feição e conveniência.

Em seguida, o artigo de Clarisse Gurgel e Fred Irias, intitulado *Americanismo e bolsonarismo*, tem por objetivo a exploração da ideologia bolsonarista a partir de uma perspectiva gramsciana, com base no conceito de americanismo, um modo de vida imbricado na esfera produtiva com o Taylorismo e com o fordismo, em combinação com traços culturais associados à difusão de uma nova visão social de mundo, plasmada pela combinação do proibicionismo e pela regulação puritana dos hábitos sexuais, reforçada pela propagação do individualismo como antídoto para as características do associativismo de classe. Os autores concluem que o americanismo seria um traço essencial do bolsonarismo, emprestando-lhe características de pragmatismo: puritanismo e animalidade.

Em *O povo e a guerra cultural no campo bolsonarista*, quarto capítulo deste livro, Edson Farias realiza um esforço de análise da recepção no Brasil do processo que ficou conhecido como “guerras culturais”. Ele se desdobra na compreensão específica da maneira como têm sido usadas estrategicamente pelo bolsonarismo, revelando seus principais agentes e suas ideias norteadoras. Na perspectiva da guerra cultural bolsonarista, emerge uma concepção sobre a unidade espiritual e autorreferência moral do ‘povo’, sem espaços para nenhum tipo de dissenso.

Em seguida, no quinto capítulo, *A vitalidade mal compreendida: as classes populares e Bolsonaro*, Emerson Roche e Ricardo Visser fazem uma reflexão acerca das razões para a aproximação entre as classes populares e Bolsonaro. Recorrendo a informações de extensa pesquisa empírica com tratamento qualitativo, o texto mostra que a adesão de grande parte das classes populares ao discurso do bolsonarismo não deve ser interpretado através de categorias como a de ideologia, mas a partir de semânticas como a do “espaço vital”, que constituem o centro das atenções deste universo

sociocultural. Revela, assim, parte dos motivos que levaram muitos eleitores de Lula a migrarem no apoio ao ex-capitão do Exército.

Eric Andriolo, em “*Fake News*” e o mito: *a revolta contra as mentiras*, sexto capítulo desta obra, aborda a questão das “*fake news*” e seu competente uso político-eleitoral pelo bolsonarismo. Descrevendo a composição do fenômeno como uma forma particular do impulso contestador em contexto de grande desesperança, com o quadro institucional vigente e sua função reguladora, o texto revela como a produção e difusão de notícias falsas acaba por desenvolver um quadro dinâmico que mistura crenças pré-estabelecidas, afetos e atitudes capazes de produzir efeitos como o de uma bem sucedida propaganda.

No capítulo seguinte, *A agenda bolsonarista nas políticas públicas*, Frederico Lustosa da Costa se propõe a analisar, numa perspectiva panorâmica, a prática administrativa do governo Bolsonaro, identificando seus princípios, regras e práticas em termos de racionalidade, legitimidade e institucionalidade. Após passar em revista as principais políticas públicas implementadas pelo governo Bolsonaro até aqui, na Economia, na Educação, na Saúde, no Meio Ambiente, Relações Exteriores, Segurança Pública, o autor conclui que elas revelam um modelo centralizador, autoritário, sem teleologia, racionalidade, lógica sequencial e operacionalidade. Colocando em processo de desconstrução a maioria das políticas públicas praticadas pelo Estado brasileiro.

No oitavo capítulo, intitulado *Bolsonaro e a crise política brasileira*, Geraldo Tadeu Monteiro procura inserir o fenômeno Bolsonaro no contexto da crise política brasileira pós-2013. O autor empreende uma discussão do conceito de crise para torná-lo operacional e define a crise brasileira como um desdobramento do último ciclo conjuntural da política nacional pós-88. Após analisar o desenvolvimento do processo de polarização, o autor procura relacionar os fatos e ações dos movimentos políticos às transformações ocorridas na estrutura social brasileira. Ao final, conclui que Bolsonaro é, ao mesmo tempo, a representação e o resultado dessa crise social e política pela qual o país vem passando. A eleição de Bolsonaro é a ruptura dos paradigmas que vinham até então sustentando o arranjo institucional da Constituição Cidadã, o que provoca indagações sobre o futuro da democracia brasileira.

Izabel Saenger Nuñez, no nono capítulo, *De provas e convicções: os efeitos da Operação Lava Jato*, procura demonstrar como a prática da Operação Lava Jato foi capaz de criar uma articulação política e ideológica que favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. A autora analisa em detalhe a organização e o funcionamento da Lava Jato

e a participação da Polícia Federal e do Ministério Público que formaram o que ela chamou de “família judicial” na condução da operação, o que lhe confere uma dinâmica própria. Neste caso, o objetivo passou a ser “tirar o PT” do poder. Por fim, a autora analisa a apropriação do discurso lavajatista por Bolsonaro e conclui que a maneira como a Lava Jato atuou, produzindo diversos níveis de repercussão afetou a confiança da população na política, abrindo caminho para a ascensão do bolsonarismo.

O texto seguinte, do décimo capítulo, *O Bolsonarismo na Saúde*, escrito por José de Sestelo, Leonardo Mattos, Lígia Bahia, Elza Laurentino e Maria Luiza Levi, se propõe a analisar, no contexto do combate à pandemia da COVID-19, a política de saúde do governo Bolsonaro. Para eles, a saúde pública e a democratização do acesso à assistência, entendidos como fatores de proteção aos trabalhadores só poderiam ocupar um não-lugar num governo dominado por interesses privatistas nessa área. Depois de considerar as semelhanças e diferenças entre os três ministros da saúde de Bolsonaro, os autores concluem que, na ausência de coordenação e de iniciativa pública, empresas privadas com faturamento anual de milhões de reais, ocuparão o espaço deixado pelo Ministério da Saúde, definindo padrões assistenciais e gerenciais convenientes aos seus interesses corporativos.

O décimo primeiro capítulo, intitulado *A mensagem e o arauto*, de Joyce Lucas e William Magalhães trata da composição interna dos tipos sociológicos que formam o bolsonarismo. Centrado na descrição analítica dos ideais de cada um deles, apresenta o denominador comum que os une: um forte sentimento de rejeição às dimensões da ordem sociopolítica erigida após o fim da ditadura militar. O neofascismo, com sua aversão à cultura dos direitos, entendida como preliminar para a desordem; o tradicionalismo reacionário, expresso no reforço de valores religiosos e morais sob a ameaça dos progressistas degenerados da pós-modernidade; o liberalismo anômico, caracterizado por um apelo radical ao individualismo combinado à aversão a qualquer ideia de regulação estatal; e o lavajatismo, como modelo paradigmático de combate à corrupção, despreocupado com garantias constitucionais entendidas como mecanismo de sustentação velada da impunidade.

No décimo segundo capítulo, intitulado *Jair Messias Bolsonaro: violência e retórica*, de Oswaldo Munteal Filho e Luiz Maurício Bentim, a análise centra-se na história política para investigar a relação entre violência e retórica no discurso de Jair Bolsonaro, no período de 2019-2020. Partindo da analogia com o tirano na República de Platão, aquele que se

utiliza da violência e da retórica para controlar e coagir os cidadãos na cidade em que governa, o trabalho analisa a semelhança do discurso de Bolsonaro ao do tirano e em que medida é adequado para a democracia contemporânea no país.

No capítulo seguinte, *Crise programática, moralização da política e o bolsonarismo*, de Roberto Dutra, discute-se a relação entre a crise programática contemporânea e a moralização da política como terreno fértil para a ascensão do bolsonarismo. A dificuldade dos regimes políticos democráticos para resolverem de maneira satisfatória problemas enfrentados sistematicamente por amplas maiorias abre espaço para aspirações autoritárias. Combinada com o bloqueio do debate sobre as alternativas institucionais e suas correlatas políticas públicas, o flanco se expõe ainda mais: em termos gerais, os fenômenos de moralização da política se caracterizam pela colonização da política pelo código moral – o binarismo bem/mal –, ou seja, pela tradução de problemas e causas coletivas, em problemas e causas morais.

E, por último, no décimo quarto capítulo, intitulado *Uma “biografia” do plebiscitarismo: a ascensão de Bolsonaro e suas consequências políticas*, de Carlos Sávio Teixeira, tem-se uma interpretação do fenômeno bolsonarista como um agente do plebiscitarismo. Procede-se a análise de sua emergência com ênfase nos motivos que a estimularam, seguida de uma crítica às suas características e da apresentação de proposta de uma alternativa institucional plebiscitária para a democracia brasileira, cujo cunho experimentalista esteja atento e sintonizado às nossas particularidades sociais e políticas.

Essa coletânea de análises e ensaios, uma iniciativa conjunta do Cebrad/Uerj e do LAI/UFF, foi reunida na esperança de alargar o horizonte intelectual e cognitivo acerca do surpreendente fenômeno do bolsonarismo. Não há transformação sob a confusão e a desorientação. A luta progressista, em qualquer direção que possa ser desenvolvida, jamais pôde prescindir da antecedência que a luz da inteligência propicia frente ao calor da militância. Por isso a compreensão é sempre parceira da antevisão: cedo ou tarde, o Brasil acordará.

Geraldo Tadeu Monteiro
Carlos Sávio Teixeira

A AGENDA BOLSONARISTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Frederico Lustosa da Costa

INTRODUÇÃO

Passados quase vinte e dois meses desde a posse do governo por Jair Bolsonaro, ainda é muito difícil discernir uma agenda clara e coerente de políticas públicas para quaisquer setores de governo. Mesmo no âmbito das pautas conservadora e liberal que inspiram o governo, os movimentos são descoordenados e, muitas vezes, contraditórios. Na verdade, o que há é uma agenda negativa, cujos contornos ainda são pouco discerníveis. Conforme anunciou o próprio presidente da República, em março de 2019, em Washington, nos EUA, “o Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desmontar muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz”¹.

É claro que essa assertiva pode ser contestada, com o argumento de que o governo está realizando uma contrarrevolução, que tem uma agenda positiva de afirmação das liberdades individuais burguesas, a qual requer a destruição de todo um aparato de repressão dessas liberdades. Essa alegação não se sustenta, na medida em que o governo Bolsonaro é o primeiro que, diariamente, atenta contra os direitos humanos, a liberdade de imprensa e os princípios da administração pública.

¹ MENDONÇA, Ricardo. Antes de construir é preciso ‘desconstruir muita coisa’ no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. *O GLOBO*, 18/03/2019. N.A.

vale dizer, apoiada em dados verificáveis e evidências científicas. A racionalidade deve prevalecer sobre a religião, a magia e a ideologia. Políticas “públicas” ditadas pela fé, por mais piedosas e bem-intencionadas que sejam, são irracionais e inviáveis. A legitimidade tem a ver com o consentimento. Ainda que as políticas públicas não sejam democráticas e participativas, elas são permeáveis a injunções que vem de fora do núcleo político-burocrático do governo. Ademais, elas não podem se impor apenas pelo uso continuado da força, porque o seu custo se torna extremamente elevado. A institucionalidade diz respeito à legalidade e ao enquadramento no conjunto de regras de funcionamento do aparato governamental. Sustenta-se sobre um conjunto de normas estáveis, conhecidas e aceitas por todos, inclusive por quem as impõe. Esse ordenamento jurídico é universal e impessoal, deixando pouca margem à discricionariedade (LUSTOSA DA COSTA; MIDLEJE SILVA; PASSA-DOR, 2020).

Políticas públicas não se fazem do dia para a noite; elas são construídas ao longo do tempo. Mas podem mudar, inclusive pela omissão, de governo a governo, em função das lutas políticas entre os diferentes grupos sociais e da correlação de forças entre eles em um dado momento histórico. Tomando essas definições como referência, em que medida se pode dizer que as decisões e ações emanadas do governo Bolsonaro nos diversos campos de intervenção, com ou sem o aval do Congresso Nacional, caracterizam novas políticas públicas? Para tentar responder essa pergunta, convém examinar alguns exemplos de medidas tomadas nos últimos vinte meses, nas diversas áreas de governo.

Economia

Os maiores desafios do atual governo se encontram na área econômica, em face da necessidade de retomar o crescimento econômico, gerar empregos e oferecer serviços sociais básicos à grande maioria da população, em novas bases tecnológicas e em contexto internacional bem diferente do que existia no final do século passado. A experiência histórica tem demonstrado que essa complexa equação não pode ser solucionada por meio da ação das forças livres do Mercado.

Entretanto, a agenda do Ministério da Economia aposta que o crescimento econômico virá com a retomada de confiança dos investidores em resposta às medidas de desestatização, com privatização e desregulamen-

A constatação da existência dessa contra-agenda torna temerário proceder à uma análise de políticas públicas apoiada nas abordagens mais correntes no campo, até porque, cada política constitui uma arena própria, onde se movimentam atores diferentes, exigindo, portanto, um estudo específico. Por outro lado, a percepção dos problemas, a introdução de temas inusitados; a ruptura com políticas consolidadas; o processo de tomada de decisões; o desmantelamento de órgãos, programas e instrumentos de política; a escolha dos dirigentes e *policy-makers* e a suspensão de regras de operação são tão heterodoxas que a maioria dos modelos de análise consagrados na literatura (SABATIER, 2007; DYE, 2009; ARAÚJO; RODRIGUES, 2017) é inadequada para dar conta do experimentalismo errático da “nova política”.

Se é difícil examinar políticas públicas *in abstracto*, sem dados empíricos de um campo específico, a escolha de uma área determinada para exame representa um custo de oportunidade relativamente alto diante do quadro de decisões inusitadas que caracterizam a nova forma de “governar” vigente no Brasil de hoje. Em face disso, este trabalho optou por apreender, na primeira parte, uma série de exemplos de situações-problema de políticas públicas que oferecem um panorama da “agenda” bolsonarista. Na segunda parte, busca-se identificar o que há de comum nessas ocorrências, visando apontar as características principais que orientam a definição da forma e do conteúdo das políticas públicas do governo Bolsonaro. As considerações finais tentam mostrar como essas novas dinâmicas de “planejamento”, operação e gestão desconfiguram as políticas públicas e desnaturalizam a própria política.

Boletim de ocorrências

Políticas públicas são sequências de decisões e ações, de caráter imperativo, destinadas a estruturar intervenções governamentais, produzindo transformações que têm impacto sobre a vida de grande número de pessoas. São respostas à problemas e anseios de uma determinada população. Em geral, essas decisões e ações são orientadas pela acomodação de preferências de indivíduos e grupos majoritários. Para que produzam efeitos e sejam sustentáveis, precisam ser dotadas de racionalidade, legitimidade e institucionalidade.

A racionalidade (das políticas públicas), ainda que limitada e instrumental, supõe a tomada de decisões com base em critérios racionais,

tação, redução de impostos, desoneração da força de trabalho e aprofundamento da reforma trabalhista para a supressão de direitos dos trabalhadores e aposentados. Tão confiante estava o Ministro da Economia na adoção dessas medidas, que já chegou a anunciar a eliminação do *déficit* público em um ano, a retomada do crescimento econômico no primeiro semestre e uma recuperação em V depois da pandemia, afora o frequente anúncio de reformas e providências prometidas para o dia seguinte, que nunca chegam a se concretizar.

Mesmo depois se ver obrigada a injetar mais 500 bilhões de reais na economia² para manter a atividade econômica e evitar o caos social, a prioridade da área econômica continua a ser a preservação do teto de gastos estabelecida pela EC n° 95 e o aprofundamento do ajuste fiscal, mediante o congelamento de salários servidores civis; privatização disfarçada de ativos da Petrobrás; vedação de concursos públicos; reforma administrativa feita contra o funcionalismo; desvinculação de receitas atreladas a mínimos constitucionais; proposta de criação da nova CPMF, extinção de fundos governamentais (PEC 187/2019)³; todas medidas tendentes a fragilizar a ação pública, desmantelar políticas sociais e atingir diretamente os mais vulneráveis, em suas necessidades básicas.

Além disso, as medidas que poderiam amenizar o sofrimento dos mais pobres numa situação de emergência sanitária foram implementadas de maneira atabalhoada e com baixa eficácia. Basta mencionar o desastre da implementação do Auxílio Emergencial e dos programas de crédito às pequenas empresas. No Auxílio Emergencial, na tentativa de monopolizar os dividendos políticos da medida, o governo federal excluiu os municípios e seus CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) da implantação do programa. Resultado: milhões de trabalhadores ainda não tinham recebido o auxílio, passados três meses desde a instituição do benefício, enquanto outro tanto recebeu indevidamente, com cerca de 17 mil pessoas falecidas e pelo menos 680 mil servidores públicos⁴, dos quais 73 mil eram militares⁵. O governo levou dois meses desde a decretação

2 VINHAS, Ana. Gasto com auxílio emergencial de R\$ 600 já supera R\$ 212 bilhões. R7, 01/09/2020. N.A.

3 SOUZA, Camila Antunes de. PEC dos Fundos Públicos: o que diz a proposta? *POLITIZÉ*, 14/02/2020. N.A.

4 TOLEDO, Nathalia. CGU identifica 680 mil servidores recebendo auxílio emergencial; prejuízo é de quase R\$ 1 bilhão. *Globo News*, Brasília, 13/08/2020. N.A.

5 DOCA, GERALD; VENTURA, Manoel; CAPPELLI, Paulo. Ministério da Defesa infor-

do estado de calamidade para criar um programa de apoio creditício às micro e pequenas empresas. A partir de então, até agosto, conseguiu liberar apenas R\$4,5 bilhões dos R\$40 bilhões previstos⁶. O crédito simplesmente não chegou aos pequenos negócios, porque as empresas não tiveram fôlego para manter os empregos (contrapartida exigida para a liberação dos recursos) e expectativas de recuperação para poder pagar os empréstimos.

O governo, depois de algumas concessões importantes, conseguiu aprovar a Reforma da Previdência (EC n° 103), a qual trouxe grandes perdas para os trabalhadores mais pobres, sujeitos à instabilidade do mercado de trabalho. A aposentadoria integral (até o teto de contribuição) só *será possível depois de quarenta anos de contribuição*⁷, o que poucos conseguem.

A proposta de reforma administrativa, objeto da PEC n° 32/2020, estabelece novos princípios para a Administração Pública, acaba com a estabilidade, cria novos vínculos com o serviço público, amplia os poderes do presidente da República para reformar a Administração e mantém os privilégios de algumas das carreiras mais remuneradas da administração pública, as chamadas “carreiras de Estado”, a saber, juizes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública (em todos os níveis), consultores legislativos, advogados da União e procuradores estaduais, militares das três forças, integrantes da CGU e de outras controladorias, auditores fiscais da Receita Federal, membros da Secretaria do Tesouro, fiscais do Trabalho, do Meio Ambiente, do Serviço de Inspeção Federal e das diversas agências reguladoras, diplomatas, integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal e das polícias civil e militar dos estados, além dos corpos de bombeiros militares⁸ (LUSTOSA DA COSTA; FARANHA, 2020). O governo não apresentou

ma que 73,2 mil militares receberam o auxílio emergencial indevidamente. O *GLOBO*, 12/05/2020. N.A.

6 WRONSKI, Fábio. Senadores articulam mais crédito para empresas de pequeno porte sufocadas pela pandemia. *CGN*, 23/08/2020. N.A.

7 BRASIL. Presidência da República. **Emenda constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: DF, 2019. N.A.

8 Refere-se à proposta de emenda à Constituição para alterar disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, em tramitação na Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 02/09/2020. N.Ed.

cálculos sobre as possíveis economias e o peso gasto com as categorias privilegiadas, mas sabe-se que só os militares respondem por 28% da folha de pagamentos da União. Mas, não há sinceridade de propósito nas promessas de ajuste fiscal. Em setembro de 2020, o governo vetou um dispositivo de uma lei que concedia isenção de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de multas sobre contribuições não pagas. Logo depois, pelas redes sociais, o presidente sugeriu a seus líderes no Congresso que recomendassem às bancadas a derrubada do veto⁹.

Muitos dos equívocos e atropelos na área da Economia devem ser creditados ao viés austericida de suas políticas, pouco adequadas aos problemas criados pela pandemia de Corona vírus. Não se podem descartar, também, as dificuldades de gestão decorrentes do gigantismo do Ministério. A nova pasta reedita, em maior escala, a experiência mal sucedida no governo Collor, implantada em 1990 (LUSTOSA DA COSTA; CAVALCANTI, 1990). É praticamente impossível supervisionar de maneira adequada tantos assuntos abrigados sob o guarda-chuva da pasta comandada por Paulo Guedes. Se no governo Collor, o Ministério da Economia englobava as atribuições dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, agora reúne assuntos relacionados à Fazenda, Planejamento, Administração, Indústria e Comércio, Comércio Exterior, Previdência e Trabalho.

Saúde

A área da Saúde, por causa da pandemia, exige maior atenção de todos. Vive-se aí uma sucessão de desencontros, trapalhadas, desinformação e imperícia. Em situações normais, a substituição de dois ministros em um mês e a permanência de um interino, sem conhecimento da área, por quatro meses, já seria um descalabro. O ministro que melhor se conduziu no comando das ações sanitárias durante a pandemia foi demitido por suas virtudes e não por seus defeitos. Luiz Henrique Mandetta defendia o isolamento social e não avalizava o uso da cloroquina, droga eleita como um elixir da longa vida por Donald Trump e Jair Bolsonaro. Durante sua gestão, havia, ao menos, uma tentativa de coordenação com as ações dos governos estaduais e municipais, os quais começavam a estabelecer normas sobre o isolamento social. Bolsonaro era contra. O seu substituto, Nelson Teich,

durou apenas 15 dias no posto, tendo saído também por divergências com relação à lista de atividades essenciais que não poderiam ser suspensas e ao uso da cloroquina.

O longo ministro interino, Eduardo Pazuello, recentemente confirmado no cargo¹⁰, militarizou a administração da Saúde. São mais de 25 oficiais em postos chaves do Ministério¹¹, sendo algumas posições, ocupadas por pessoas sem nenhum conhecimento da área de saúde pública, epidemiologia ou política de saúde. Em meio à crise sanitária, a ação do Ministério da Saúde, que já vitimou mais de 150 mil brasileiros, esteve muito aquém das atribuições e responsabilidades do governo Federal no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em maio, o Ministério da Saúde avalizou protocolos médicos para o uso da Cloroquina e autorizou a compra de grandes quantidades do medicamento, apesar da comunidade científica da área de saúde não recomendar o seu uso¹².

Depois da polêmica causada pelas dificuldades enfrentadas por uma família para realizar o aborto humanitário de uma menina dez anos, vítima de estupro, o Ministério da Saúde baixou uma portaria que traz novas exigências para a realização do procedimento, incluindo a oferta para que a gestante veja imagens do feto, em ultrassonografia, e a submissão da vítima a um extenso questionário sobre o estupro. O novo regramento também estabelece que a equipe médica também deverá comunicar o caso à autoridade policial, independentemente da vontade da vítima de registrar queixa ou identificar o agressor. No termo de consentimento, a gestante terá de relatar, com pormenores, a violência sexual sofrida. A portaria estabelece também que a gestante será informada da previsão legal dos crimes de aborto e falsidade ideológica, caso não se comprove que ela foi vítima de violência sexual e/ou estupro.

Para 2021, espera-se um cenário ainda mais desalentador, em função dos efeitos do congelamento de gastos imposto pela EC n° 95, fazendo prever o sucateamento das unidades de saúde e do SUS como um todo, sem falar em programas mais pontuais de atenção à saúde da mulher, doenças

¹⁰ **AGÊNCIA BRASIL.** Eduardo Pazuello toma posse como ministro da Saúde. Brasília-DF, 16/09/2020. N.A.

¹¹ **ESTADO DE MINAS.** Ministério da Saúde chega a 25 militares nomeados. 05/06/2020. N.A.

¹² VERDELLIO, Andreia. Governo inclui cloroquina em tratamento de casos leves de covid-19. *Agência Brasil*, Brasília, 20/05/2020. N.A.

⁹ **G1.** Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas. Brasília, 13/09/2020. N.A.

sexualmente transmissíveis, farmácia popular e outros, os quais estão sendo desmontados.

Educação

A área da Educação já teve quatro titulares em pouco mais de 20 meses. O primeiro ficou pouco mais de três meses no cargo. O segundo produziu uma longa sequência de decisões equivocadas ou ruins e de declarações estapafúrdias. O terceiro esteve nomeado por quatro dias, mas não chegou a tomar posse. O quarto ministro ainda não anunciou nenhum programa relevante e em recentes declarações demonstrou precário conhecimento sobre as funções do Ministério que dirige.

Cabe destacar que os dois primeiros ministros estavam menos engajados na gestão e mais envolvidos em travar uma guerra ideológica contra o propalado, “marxismo cultural”, praticado e disseminado, segundo eles, por professores, estudantes, pesquisadores e intelectuais em geral. Ricardo Velez Rodrigues ficou no Ministério da Educação de 01 de janeiro a 08 de abril. Nesse curto período, promoveu sucessivas trocas de comando nas diversas secretarias da Pasta, chegando a anunciar quatro nomes para a Secretaria Executiva. Também demitiu o presidente do INEP, depois de dois meses no cargo. Sua gestão foi quase tão polêmica quanto a de seu sucessor. Em pouco tempo, entre outras medidas, modificou o edital de aquisição de livros didáticos, retirando vários itens importantes que norteavam a compra das obras; anunciou a volta da disciplina Educação Moral e Cívica e do Projeto Rondon e a revisão dos conteúdos dos livros didáticos para uma revisão histórica do golpe de 1964; propôs a extinção da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA); enviou circular para as escolas públicas pedindo a leitura do *slogan* de campanha de Jair Bolsonaro e a filmagem de crianças cantando o hino nacional¹³.

Durante sua gestão, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) lançou um edital para a aquisição de 1,3 milhão de *laptops* para escolas, ao custo estimado de R\$3 bilhões. Segundo o jornalista Elio Gaspari, “os 255 alunos da Escola Municipal Laura Queiroz, de Itabirito (MG), receberiam 30 mil computadores (118 para cada um). Poderia ter sido um erro de digitação, mas a CGU mostrou que 355 escolas recebe-

13 **G1.** Ministro da Educação é demitido após gestão marcada por controvérsias e recuos. 08/04/2019. N.A.

riam mais de um *laptop* por aluno, e 46 delas, mais de dois. Cada jovem da Chiquita Mendes, de Santa Bárbara do Tugúrio (MG) receberia cinco”¹⁴.

Abraham Weintraub ficou pouco mais de um ano à frente do Ministério¹⁵. Nesse período, envolveu-se em inúmeras polêmicas, mais em função de suas declarações agressivas do que em razão de projetos ou medidas que implementou. Desde o início de sua gestão à frente do MEC, Weintraub buscou o embate com as universidades federais. Em abril de 2019, o ministro afirmou que cortaria verbas de três universidades por promoverem “balbúrdia” e autorizou o corte de recursos da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal Fluminense¹⁶.

Entre outras declarações assombrosas, Weintraub disse que as universidades têm plantações extensivas de maconha, atacou o legado do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, bateu boca com turistas em Alter do Chão-PA, confundiu o escritor tcheco Franz Kafka com o prato árabe kafta, comparou uma operação da Polícia Federal com a Noite dos Cristais, da Alemanha nazista, criticou os chineses, utilizou chocolates para explicar erradamente o corte de verbas na educação, disse que presidiu o melhor ENEM da história do MEC, que enfrentou graves problemas de erros na distribuição das provas, e classificou de vagabundos os ministros do STF. Além de declarações polêmicas, nada fez de importante pela educação no Brasil¹⁷. Depois de atacar a honra dos ministros do STF, foi exonerado e nomeado para um posto melhor remunerado, no Banco Mundial, sinalizando a chancela de suas ações por parte da Presidência da República.

O terceiro ministro, Carlos Alberto Decotelli, foi nomeado no dia 25 de junho, mas não chegou a tomar posse. Foi descartado depois que se descobriu que seu currículo trazia uma série de incorreções, indicando títulos que não possuía de fato. Decotelli era presidente do FNDE à época do lançamento do edital para a compra de 1,3 milhão de computadores. Seu ato de nomeação foi anulado no dia 01 de julho.

14 GASPARI, Elio. Um jabuti gigante olhando para Bolsonaro - Licitação de R\$ 3 bi da Educação foi cancelada por irregularidades. *Folha de São Paulo*, 08/12/2019. N.A.

15 SALDAÑA, Paulo; CHAIB, Julia. Abraham Weintraub é demitido por Bolsonaro após insultar Supremo. *Folha de São Paulo*, 18/06/2020. N.A.

16 **HORA DO POVO.** Weintraub corta 30% de verba da UFBA, UFF e UnB como punição por “balbúrdia”. 30/04/2019. N.A.

17 **BBC NEWS BRASIL.** Weintraub deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação. 18/06/2020. N.A.

O atual ministro, Milton Ribeiro, foi nomeado em 10 de julho, mas ainda não disse a que veio. Manteve as polêmicas nomeações feitas por Weintraub para o Conselho Nacional de Educação e endossou o corte de 13% no orçamento da Educação, cerca de R\$4,2 bilhões, para 2021¹⁸. Abriu uma frente de desgaste com o Congresso Nacional, justificando que a medida foi necessária para reservar recursos ao pagamento de emendas parlamentares. Em 24 de setembro de 2020, deu entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, na qual se eximiu de responsabilidade com relação ao acesso à Internet por parte de estudantes mais vulneráveis e à volta presencial às aulas, disse que o homossexualismo tem origem em famílias desajustadas e desqualificou o trabalho dos professores (“ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”)¹⁹.

Cultura

Na área de cultura, o governo já nomeou o quinto responsável pelo setor. É nesse campo onde a guerra ideológica é mais acirrada. Há uma tentativa de desacreditar a classe artística e acabar com os mecanismos de incentivo. Em vários órgãos, como o IPHAN, a Funarte e Casa de Rui Barbosa, foram nomeadas pessoas desvinculadas da área ou despreparadas para o cargo²⁰, quando não, contrárias às políticas para as quais os órgãos foram criados, como é o caso da Fundação Palmares²¹. Todos os nomeados para a Secretaria Especial de Cultura tiveram passagem polêmica pela pasta, mas cabe destacar os casos emblemáticos do diretor de teatro, Roberto Alvim, da atriz, Regina Duarte e do ator, Mário Frias.

O primeiro chamou de sórdida, a cidadã nonagenária Fernanda Montenegro, grande dama do teatro brasileiro, e parafraseou um discurso de Joseph Goebbels sobre a arte nacional e heroica, para lançar um prêmio

18 OLIVEIRA, Elida. MEC prevê corte de R\$ 4,2 bilhões no orçamento para 2021. *GI*, 10/08/2020. N.A.

19 ESTADÃO. Volta às aulas e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro. *Metrópoles*, 24/09/2020; **G1**. Ministro da Educação diz que gays vêm de ‘famílias desajustadas’ e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC. 24/09/2020. N.A.

20 MOURA, Eduardo. Saiba quem é quem na Secretaria da Cultura de Mario Frias sob Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 13/09/2020. N.A.

21 **A TARDE**. Em nova polêmica, presidente da Fundação Palmares chama movimento negro de ‘escória maldita’. *UOL*, 02/06/2020. N.A.

que não saiu do papel²². A segunda, praticamente não assumiu o cargo. Depois de meses isolada em São Paulo, foi para Brasília apresentar um plano inconsistente. Em uma entrevista para a CNN, minimizou a ditadura, disse que sempre houve tortura, cantou o hino ufanista da Copa de 1970 e, quando confrontada com o vídeo de uma colega cobrando projetos para a área, abandonou o estúdio²³. Mário Frias ainda não tem um plano para a cultura, mas rescindiu o contrato de gestão da Cinemateca Brasileira, paralisando o serviço, fez nomeações esdrúxulas, retirou a autonomia dos órgãos vinculados à pasta e lançou um vídeo com a ideia de homenagear os heróis nacionais²⁴.

Embora não esteja na área setorial da cultura, a gestão da Fundação Palmares suscita problemas na área da igualdade racial, na qual o país sofreu muitos retrocessos. Os gestos simbólicos de discriminação acabam se traduzindo em gestos concretos de racismo e violência por parte da polícia, de seguranças privados e mesmo, de cidadãos comuns. O mesmo acontece com as políticas de proteção aos povos indígenas. Neste momento, está ocorrendo um genocídio em várias nações. Além de paralisar as demarcações de terra, a política do governo estimula a invasão de terras, reduzindo o espaço reservado à vida dos povos tradicionais, destrói o meio ambiente e leva muitas doenças para os índios, como está acontecendo agora, com a COVID-19.

Meio ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é o maior inimigo da ecologia e dos ambientalistas. Sua omissão em alguns casos e ação ruinosa em outros, reduzindo a fiscalização e criminalizando os agentes fiscais, aumentou o desmatamento e a invasão de terras públicas. Há vários episódios que demonstram a leniência do governo com ataques ao meio ambiente e invasões predatórias em terras indígenas. São tantos exemplos que não dá para examinar todos, cabendo restringir o registro ao desmatamento e às queimadas. Apesar dos desmentidos do governo,

22 GÓES, Bruno; ARAGÃO, Helena; SOARES, Jussara. Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação. *O GLOBO*, 16/01/2020. N.A.

23 **CNN BRASIL**. Regina Duarte minimiza ditadura e interrompe entrevista à CNN. São Paulo, 07/05/2020. N.A.

24 GOES, Tony. Mario Frias dá show de canastrice em vídeo da Secretaria de Comunicação. *Folha de São Paulo*, 04/09/2020. N.A.

os dados relativos a 2019 e, sobretudo, à 2020, são eloquentes. É que a própria posse de Bolsonaro e as sinalizações do ministro do Meio Ambiente estimularam os responsáveis pela destruição ambiental. Segundo o Greenpeace, os dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, houve um aumento de 34,5% nos alertas de desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, foram 9205 km² desmatados, o equivalente a 1.100.000 campos de futebol²⁵. Enquanto isso, o desmatamento e a degradação dos ecossistemas se expandem na Amazônia e no Pantanal, por ação de grandes proprietários rurais, grileiros, exploradores de madeiras e garimpeiros. No Pantanal, somente em setembro, o Inpe registrou 4.611 focos de incêndio. Ao comparar setembro deste ano com o mesmo período do ano passado, até 13 de setembro de 2019, foram registrados 1.534, enquanto em 2020 o total é 4.611 - o aumento é de 200%, o que representa mais de 3 vezes o total atual. O Inpe também registrou mais de 7,6 mil focos de queimadas na Amazônia, nos primeiros 28 dias de agosto de 2020. É um recorde para qualquer mês desde que o monitoramento começou a ser realizado, em 1998²⁶. Apesar disso, em 28 de agosto, o Ministro do Meio Ambiente resolveu suspender as operações contra o desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal²⁷. Desautorizado pelo vice-presidente da República e também pelo presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, o ministro determinou a retomada das operações²⁸.

No final de setembro de 2020, o CONAMA revogou diversas resoluções importantes para a proteção ambiental, entre elas a de nº303, que tratava da preservação de áreas de manguezais e restingas, favorecendo sua destruição pela ocupação predatória provocada pela especulação imobiliária²⁹.

25 GREENPEACE BRASIL. Dados divulgados pelo Inpe apontam aumento do desmatamento na Amazônia entre 2019 e 2020. 07/08/2020. N.A.

26 NOBREGA, Ighor. Número de focos de queimadas no Amazonas atinge recorde em agosto. *Poder 360*, 29/08/2020. N.A.

27 BRASIL DE FATO. Governo suspende operações contra desmatamento na Amazônia e queimadas no Pantanal. Brasília- DF, 28/08/2020. N.A.

28 UOL. Ministério recua e anuncia desbloqueio de verba para combater desmatamento. São Paulo, 28/08/2020. N.A.

29 MENEGASSI, Duda. Decisão do Conama fragiliza proteção de restingas e manguezais. *O ECO*, 28/09/2020. N.A.

A ação conjugada dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da ANVISA, com a liberação de uma enorme quantidade de agrotóxicos proibidos em todo o mundo, está envenenando os alimentos, o solo, as nascentes e os mananciais. São 474 novas substâncias autorizadas para utilização no país³⁰, a maioria delas, proibidas em países da União Europeia, um dos principais importadores de nossos produtos agrícolas. Isso é um tiro no pé do agronegócio, pois acaba levando à um boicote dos produtos brasileiros, o que vai ter impacto nas exportações de nossas principais *commodities*, como o suco de laranja, as frutas, os cereais, sobretudo soja e milho, e a proteína animal.

Relações Exteriores

O governo optou por uma política externa caudatária dos interesses americanos, fazendo concessões sem nada receber em troca. Cedeu a base de Alcântara-MA; abriu mão de privilégios na OMC, dos quais, nem a China aceitou se desfazer, submeteu-se aos *lobbies* do aço e do etanol norte-americanos que pressionavam Donald Trump. Também rompeu com a tradição diplomática brasileira, de não intervenção em assuntos internos de outros países, associando-se ao boicote americano contra Cuba e Venezuela. Também contrariando a tradição estabelecida desde a criação do organismo, o governo brasileiro aceitou a indicação de um americano para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fato inédito na história da instituição. Além disso, assumiu, nos fóruns internacionais, pautas ultraconservadoras contra os direitos humanos e especialmente contra os direitos das mulheres. A tradicional moderação da diplomacia brasileira se perdeu nos últimos dois anos.

Justiça e Segurança Pública

Na área do Ministério da Justiça, engordado com a incorporação da área de Segurança Pública, também há muitos fatos inéditos e contrários, sobretudo na nova área de atuação. O ministro Sérgio Moro assumiu a pasta com a missão de combater a corrupção e o crime organizado. Desde os primeiros meses, viu-se confrontado com conflitos de interesse dentro do governo. Foi desautorizado em algumas nomeações, não conse-

30 SUDRÉ, Lu. Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro já liberou 150 novos agrotóxicos este ano. *Brasil de Fato*. São Paulo, 13/05/2020. N.A.

guiu apoio para o seu pacote anticrime (vacionado para violar garantias constitucionais), perdeu a supervisão sobre o COAF e compactou com a política armamentista do governo Bolsonaro.

Por meio do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e de portarias do Comando do Exército, tomou várias iniciativas visando aumentar o acesso à armas e munições pelo cidadão comum e, sobretudo, por colecionadores e clubes de caça, que passam a ter direito a manter um verdadeiro arsenal³¹. O seu sucessor, transformou o ministério em um braço da advocacia da União, vale dizer, da defesa do presidente da República, utilizando-se da Lei de Segurança Nacional, um entulho autoritário da ditadura militar, para perseguir adversários.

Características da anti-agenda bolsonarista

A lista de exemplos de desacertos na condução dos assuntos públicos é quase inesgotável. Todos os dias, a edição de uma medida provisória, de um decreto ou de uma simples portaria, o lançamento de um programa, o anúncio de uma decisão ou mera declaração enchem de perplexidade os brasileiros pelo ineditismo, pela irracionalidade, pelo autoritarismo ou mesmo pela inconstitucionalidade ou pela ilegalidade da providência adotada ou sugerida.

Muitas medidas apresentam características comuns, mostrando que há regularidade e método nesse processo de tomada de decisões e de práticas. Resta saber se as características identificadas formam um novo padrão. E se esse padrão permite utilizar os instrumentos de análise e avaliação de políticas públicas existentes no repertório da literatura especializada.

Racionalidade

Em muitas áreas do governo, a racionalidade científica foi substituída pela crença religiosa, pela ideologia ou por simples idiosincrasias. A Educação, a Cultura, a Comunicação Social, o Meio Ambiente, as Relações Internacionais e até a Saúde, entre outras áreas, têm sido orientadas pela anticência, a fé evangélica, o anticomunismo ou pelo achismo. Muitos dos *policy-makers* e dirigentes, escolhidos em função da adesão às bandeiras mais caras ao bolsonarismo, são recrutados entre militares (ou

mesmo policiais militares), evangélicos, liberais oportunistas, *influencers* de direita, servidores públicos engajados na militância conservadora. Muitos são guiados pelas ideias pelo *soi-disant* filósofo e pseudo professor, Olavo de Carvalho, o astrólogo brasileiro residente no estado da Virgínia, nos Estados Unidos. São muitos os exemplos de decisões ou manifestações orientadas por critérios anticientíficos, a começar pela forma de lidar com a pandemia do Corona vírus, vista como uma gripezinha, incapaz de afetar os jovens e os atletas, a ser tratada com cloroquina ou hidroxicloroquina, sem nenhuma comprovação da eficácia desses medicamentos.

Ideologia

A questão ideológica é um capítulo à parte na discussão sobre racionalidade. Desde o começo do atual mandato, ou melhor, desde a campanha eleitoral, o governo Bolsonaro denuncia a existência de uma revolução gramsciana em curso que teria que ser combatida. O argumento subjacente é o de que, ao longo dos anos de democracia, a esquerda se apropriou dos aparelhos ideológicos – Imprensa, Igreja Católica, universidades, escolas, sindicatos – para promover a cooptação das consciências ingênuas e promover a revolução socialista, sem o uso da luta armada. As novas gerações estariam sendo influenciadas por intelectuais, professores, jornalistas e religiosos engajados na luta revolucionária. Assim, a missão do atual governo seria lutar contra a ideologia nefasta e a estratégia de cooptação. Há um processo capcioso de inversão de argumentos. Na verdade, o governo vai impor a ideologia conservadora que abraça às políticas públicas que tenta emplacar. A maioria das decisões, inclusive as relacionadas à nomeação de cargos de direção, é orientada pelo viés ideológico.

Legalidade

O governo tem insistido em testar os limites da tolerância do Legislativo e do Judiciário com as segundas infrações legais e constitucionais que tem cometido, praticamente, desde o primeiro dia de mandato. Até este momento, há uma resistência dos outros poderes contra as ilegalidades e tentativas de invasão de competências. São inúmeros os exemplos de atos normativos anulados por decisões do Congresso Nacional ou do STF. Decretos legislativos suspendem decretos presidenciais, medidas

³¹ O GLOBO. Decreto das armas: saiba o que está em vigor com os novos decretos editados por Bolsonaro. 26/06/2019. N.A.

provisórias são devolvidas³², portarias ministeriais são suspensas por decisões judiciais³³.

Informações para o planejamento

O planejamento governamental se baseia em informações formadas por estatísticas e inferências técnicas. São séries históricas uniformes constituídas ao longo do tempo e que apontam frequências, regularidades e tendências. Sem informação consistente, não há planejamento efetivo, mas apenas promessas vãs e previsões infundadas. Neste momento, há um apagão de informações. O governo descontinuou séries estatísticas importantes, a começar por aquelas que constavam do questionário do censo, que vai ser drasticamente reduzido. No caso do Ministério da Saúde, tentou esconder até o número de casos e de óbitos de COVID-19. Dados fidedignos, precisos e úteis são evidências que norteiam a formulação de políticas públicas, o planejamento governamental e as práticas gerenciais. Decisões de governo não podem ser tomadas “no escuro” (LUSTOSA DA COSTA; FARANHA, 2020).

Transparência

Se ainda há alguma informação de interesse público disponível, muitas vezes, ela é sonegada à população, pois o governo tem tentado reduzir a transparência das decisões e processos gerenciais. Em abril, o presidente da República baixou a Medida Provisória nº 928/2020, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública do Corona vírus. A MP incluía o Artigo 6º-B na Lei nº 13.979 para suspender, durante a atual situação de calamidade, os prazos de atendimento de pedidos feitos com amparo na Lei de Acesso à Informação (LAI), cuja resposta dependesse de agentes públicos em quarentena, teletrabalho ou regimes equivalentes, que acessassem presencialmente suas repartições ou que demandassem a atuação de agentes ou setores prioritariamente no enfrentamento da emergência sanitária. Essa decisão atenta contra o princípio da publi-

32 CHRISTIAN, Hérick. Davi Alcolumbre devolve MP que permitia ao governo indicar reitores sem eleição. *Rádio Senado*, 12/06/2020. N.A.

33 **ROTA JURÍDICA**. Justiça Federal suspende portaria que aumentava limite de compra de munição. 12/06/2020. N.A.

dade, já consagrado no Direito Administrativo e no próprio texto constitucional, garantindo que os atos da Administração Pública devam ser públicos e passíveis de serem auditados. No último dia 30 de abril, em mais um revés para o governo, o plenário do STF referendou decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, declarando a inconstitucionalidade do artigo incluído na LAI. (FARANHA; LUSTOSA DA COSTA; OLIVEIRA JR., 2020)³⁴.

Balões de ensaio

Tem sido frequente no governo Bolsonaro o anúncio de providências que não se concretizam, ou mesmo a formalização de decisões que são logo revogadas. É como se não houvesse a intenção de implementá-las, ou como representassem um teste para medidas mais amplas ou um pouco diferentes. Isso caracteriza o chamado “efeito-balão-de-ensaio”, quer dizer, “a formalização de uma política, ou de algum de seus estágios, atua como sinalizador de intenções ou preocupações, de provocação de reações de diferentes grupos da sociedade, ou do exterior, ou mesmo um teste de uma solução que se pretende provisória” (MONTEIRO, 1982, p. 10). No mês de setembro, o governo, por meio de técnicos do Ministério da Economia, anunciaram a transformação do Bolsa-Família em um programa mais amplo denominado Renda Brasil. Para fazer face ao aumento de despesas com a ampliação do benefício, a equipe de Paulo Guedes pretendia propor a extinção do salário-família, do abono salarial e do seguro-defeso (que beneficia os pescadores nas épocas em que ficam proibidos de pescar)³⁵. Poucos dias depois, o presidente da República anunciou que não ia cortar nenhum benefício e que estava proibida a discussão sobre Renda Brasil³⁶. Ainda assim, o tema continua em discussão no Ministério da Economia e até mesmo no Congresso Nacional.

34 **AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS**. Ministro do STF suspende trecho de MP que alterou Lei de Acesso à Informação. Brasil, 26/03/2020. N.A.

35 TEMÓTEO, Antonio. Bolsa-Família deve ser unificado com abono, seguro-defeso e salário-família. *UOL*. Brasília, 10/07/2020. N.A.

36 **UOL**. Bolsonaro ‘proíbe’ o Renda Brasil e diz que Bolsa Família continua até 2022. São Paulo, 15/09/2020. N.A.

Capacidades estatais

As capacidades estatais dizem respeito às efetivas possibilidades de as instituições governamentais alcançarem seus objetivos por meio de regulação e de políticas públicas, quer dizer, as capacidades de identificação de problemas, formulação de soluções, tomada de decisão, execução de ações e entrega de resultados (PIRES; GOMIDE, 2016). As capacidades estatais estão relacionadas com arranjos institucionais que favorecem a governança, pois contribuem para a qualidade do governo, decorrente da disponibilidade de recursos e da necessária autonomia e profissionalização da burocracia (FUKUYAMA, 2013).

Os exemplos elencados na primeira parte deste trabalho sugerem que há uma crescente perda de capacidade estatal e governança. Com efeito, o processo de tomada decisão se tornou mais tortuoso e complexo, seja pelas dificuldades de articulação de maiorias estáveis no Congresso Nacional, seja pelas idas e vindas no âmbito do próprio Executivo. Ministros de Estado são seguidamente desautorizados pelo presidente da República. Em face do caráter persecutório no exercício da autoridade e da ação dos órgãos de controle, burocratas de alto escalão se sentem intimidados para tomar decisões. É o chamado apagão das canetas (RITTNER, 2018). Ninguém quer decidir nada. Todos temem ser responsabilizados por erros ou omissões, sobretudo em situações em que as decisões devem ser tomadas em caráter de urgência, como durante a pandemia do COVID-19. Os servidores e os dirigentes dos escalões mais baixos da hierarquia protelam ou transferem decisões para as esferas superiores. Nesse caso, não se trata de uma opção deliberada de estabelecer políticas pela escolha de não fazer alguma coisa (MONTEIRO, 1982, pp. 8-9; SECCHI, COELHO E PIRES, 2019, p. 7). Trata-se da incapacidade de fazer.

Participação

O governo tem reduzido significativamente a participação da sociedade civil na formulação e no controle social das políticas públicas. A ideia é restringir os processos de tomada de decisões a grupos formados por dirigentes e burocratas de médio escalão mais identificados ao projeto político de Jair Bolsonaro, num modelo de decisão *top-down* excludente (SABATIER, 1986). Por meio do Decreto n° 9.759/2019, de 11.04.2019 o governo tentou extinguir, sem mencionar exatamente quais, mais de 700 conselhos em diversas áreas. Por medida cautelar na ADI

6121, o STF suspendeu a eficácia de dispositivos do Decreto que extinguem colegiados da administração pública federal, previstos em lei³⁷. Por unanimidade, os ministros entenderam que, como a criação desses colegiados foi autorizada pelo Congresso Nacional, apenas por meio de lei eles podem ser extintos. Já em 30 de maio, foi baixado o Decreto n° 9812/2019, alterando vários dispositivos do primeiro decreto e excluindo os colegiados criados por lei. Hoje, não se sabe, ao certo, quais conselhos estão funcionando ou não. O fato é que, diante da incerteza, muitos deles não têm sido convocados para debater ou deliberar questões importantes de políticas públicas. Em alguns conselhos importantes, como o Conselho Nacional da Amazônia Legal, houve a exclusão de representantes de outros níveis de governo, no caso, os governadores dos estados da região³⁸. O governo Bolsonaro também deixou de respeitar os resultados das consultas para escolha de reitores, deixando de escolher o mais votado entre os candidatos. Em determinado momento, chegou a editar uma MP n° 979/2020, permitindo a nomeação, durante a pandemia, de reitores para substituir aqueles que tivessem o mandato encerrado até o final de 2020³⁹. Diante das reações provocadas no meio universitário e na classe política, a MP foi revogada dois dias depois. O caso de nomeação mais rumoroso, a do reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o terceiro da lista triplíce enviada pelo Conselho Universitário, que obteve apenas três votos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas e decisões elencadas na primeira parte e as características identificadas na segunda parte deste trabalho configuram um modelo de ação política e gerencial centralizador, autoritário, intolerante e excludente, cuja teleologia não se apoia em compromissos com liberdade, democracia, justiça, paz, segurança, desenvolvimento e bem-estar.

Por outro lado, do ponto de vista processual, decisões e ações não se submetem à racionalidade administrativa própria da burocracia, tão essen-

37 **NOTÍCIAS STF.** Supremo suspende regra de decreto presidencial que extingue conselhos federais previstos em lei. Brasil: STF, 13/06/2019. N.A.

38 **AUGUSTO, Otávio.** Publicado o decreto que muda Conselho Nacional da Amazônia Legal. *Metrópoles*, 12/02/2020. N.A.

39 **AGÊNCIA SENADO.** Governo revoga MP que autorizava Weintraub a nomear reitores durante a pandemia. Brasil: Senado Federal, 12/06/2020. N.A.

cial à democracia de massas. A racionalidade burocrática supõe o desencantamento do mundo, quer dizer, a prevalência da razão sobre a religião e a magia. Decisões de políticas públicas não podem ser formadas mediante crenças religiosas, pós-verdade ou *fake news*.

Sem teleologia, racionalidade, lógica sequencial e operacionalidade, as políticas públicas, por mais consolidadas que estejam, são desconfiguradas. Tal é o processo de desconstrução a que se propõe o governo Bolsonaro. Por isso, não existem políticas de Estado. Todas elas, ainda que balizadas por dispositivos constitucionais, estão sujeitas às preferências de maiorias ocasionais.

Essa dinâmica de escolhas ideológicas, radicalização, mobilização, experimentalismo errático, decisão, revogação, operação, contraordem e anulação, além de se mostrarem pouco eficazes para os nebulosos propósitos do governo, desnaturalizam a própria política. Pois as soluções, decisões e políticas públicas não nascem de demandas majoritárias, administração de conflitos, negociação e concertação.

A nova política é arena do grande circo onde se digladiam ideólogos iracundos, pastores argentários, militares autoritários, falsos liberais, milicianos, ressentidos em geral e oportunistas de sempre.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lourdes. Modelos de análise de políticas públicas. In **Sociologia. Problemas e Práticas** [On line]. 83 | 2017. <http://journals.openedition.org/spp/2662> Acesso em 07/08/2020.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In HEIDEMANN; SALM, 2009.

FARANHA, Ana Cláudia; LUSTOSA DA COSTA, Frederico; OLIVEIRA JR., Temístocles Murilo de. Calamidade pública e acesso à informação. **Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade**. São Paulo, 02/05/2020.

FARANHA, Ana Cláudia; LUSTOSA DA COSTA, Frederico. “Sem rádio e sem notícias das terras civilizadas...”: o apagão de informações em tempos de pandemia. **Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade**. São Paulo, 01/07/2020.

FUKUYAMA, Francis. **What's Governance?** Working Paper 314. Washington, Center for Global Development, January, 2013. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2226592. Acessado em 26.08.2020.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília, Editora UnB, 2009.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; FARANHA, Ana Cláudia. Muito barulho por nada* ou breves considerações sobre a nova proposta de Reforma Administrativa. **Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade**. São Paulo, 05/09/2020.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; MIDDLEJ E SILVA, Suylian; PASADOR, Cláudia Souza. Burocracia, política e democracia em tempos sombrios. **Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade**. São Paulo, 11/06/2020.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. Pacto federativo, vinculações e restrições orçamentárias em tempos de pandemia. **Estadão Blogs. Gestão, Política & Sociedade**. São Paulo, 12/06/2020.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; CAVALCANTI, Bianor Scelza. “Mudança organizacional no setor público”, in **Revista de Administração Pública**, 25(1), 82-106, 1990.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu. **Formulação e análise de Políticas Públicas**. Material didático. MBA em Gestão de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1982.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, June 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200121&lng=en&nrm=iso.Access on 26 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245806>

RITTNER, Daniel. O apagão das canetas dos agentes públicos. *Jornal Valor*, 27jul2028. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-apagao-de-canetas-dos-agentes-publicos.ghml> Acesso em 07/08/2020.

SABATIER, Paul. Top-Down and Bottom-Up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, 6(1), 21-48. Doi: 10.1017/S014381X00003846.

———. *Theories of the Policy Process*. Boulder, Westview Press, 2007.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. *Políticas públicas – conceitos, casos práticos, questões de concurso*. São Paulo, Cengage, 2019.

BOLSONARO E A SOCIOLOGIA DA CRISE POLÍTICA BRASILEIRA

Geraldo Tadeu Monteiro

INTRODUÇÃO

N uma perspectiva doméstica e vista retrospectivamente, a crise política brasileira parece permanente. Mais que permanente, a crise brasileira parece dotada de uma capacidade sem paralelo de se renovar e de se aprofundar ao longo do tempo. Em outro trabalho (Monteiro, 2020), apontamos como a percepção da nossa instabilidade política recente pode ser inferida a partir das várias capas de edições da revista *The Economist*, a respeito do Brasil entre 2009 e 2018. Em menos de uma década, a imagem do país se transformou radicalmente, passando de “uma grande história de sucesso” (2009) para a de um país que representaria a “mais recente ameaça da América Latina” (2018), em capa que estampava a figura de Jair Bolsonaro¹. A análise das vicissitudes deste período e a interpretação do significado dos fatos para o futuro do sistema político brasileiro constituem os dois desafios deste trabalho.

Caracterizar como “crise” uma conjuntura como essa pode parecer trivial. Entretanto, deve-se ter em mente que, a depender do referencial

1 Em 2009, a revista publicou uma reportagem de 16 páginas sobre o Brasil, a “grande história de sucesso da América Latina”. A capa desta edição trazia uma imagem do Cristo Redentor decolando como um foguete, com a legenda “O Brasil decola”. Naquele momento, logo após a crise de 2008/2009, o Brasil, havia conseguido, graças à um elenco de políticas anticíclicas, voltar a crescer. Nos anos seguintes, porém, o *The Economist* faria outras cinco capas sobre o país, comentando diferentes aspectos da crise brasileira, culminando, em setembro de 2018, com uma capa que mostrava o então candidato, Jair Bolsonaro, acompanhado da legenda: “a mais recente ameaça da América Latina”. N.A.

SOBRE OS AUTORES

BRAND ARENARI

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Sociologia pela Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha). Foi Secretário de Educação do município de Campos dos Goytacazes e Diretor do IPEA.

CARLOS SÁVIO TEIXEIRA

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena, desde 2013, o Laboratório de Alternativas Institucionais (LAI) da UFF/CNPq. Publicou recentemente os seguintes livros: *A Grande Imprensa e as Eleições de FHC – As atuações de Folha de S. Paulo, O Globo, Estadão e JB; O Nordeste em Transformação (Org.); Rebeldia Imaginada - Instituições e Alternativas no Pensamento de Roberto Mangabeira Unger (Org.)*. Foi Assessor Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

CHRISTIANE ITABAIANA MARTINS ROMÃO

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, 2002), mestra em Ciência Política pelo IUPERJ (1993), Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998) e também Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1991). Participou do projeto de cria-

É diretor da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj). Foi também professor substituto da UERJ no período de 2008/2012. Desde 2015 é professor adjunto de geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, no Centro de Educação e Humanidades (CEH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Escreveu o artigo *Meandros políticos do complexo do Rio Ma-deira: ensaios sobre as múltiplas facetas da Integração Transnacional como aporte para pensarmos as novas territorialidades da Amazônia Ocidental brasileira*; o artigo *Geopolíticas críticas e Movimentos sociais*; e o capítulo *Fórmula e Formação: deficiências dialéticas para a revolução brasileira*, no prelo.

FREDERICO LUSTOSA

Graduado em Economia (UFC), mestre em Administração Pública (FGV-EBAPE) e Ciência Política (Université Paris I) e doutor em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-iUL, Lisboa), é professor do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Até 2010, foi professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou também como professor visitante do ISCTE e da École Supérieure de Commerce de Paris (ESCP Europe). Foi membro do Comitê Científico da Divisão de Administração Pública da ANPAD e líder do tema História e Memória da Administração Pública da mesma divisão. Foi fundador, vice-presidente e presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e membro da Academia Brasileira de Ciências da Administração. É editor da revista *Estudos de Administração e Sociedade* e membro do corpo editorial de vários outros periódicos. É autor de *Reforma do Estado e contexto brasileiro* (FGV, 2010) e organizador de *200 Anos de Estado, 200 Anos de Administração Pública* (FGV, 2010), *Política e gestão Cultural* (UFBA, 2013) e *Guerreiro Ramos: entre o passado e o futuro* (FGV, 2019).

GERALDO TADEU MONTEIRO

Doutor em Direito pela Uerj (2001), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris I, 1986). Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ e Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Cândido

Mendes. É Professor Associado de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Uerj. É coordenador do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia (Cebrad) da Uerj/CNPq. Autor de vários livros e artigos, em especial: *Democracia em Construção. Análise da Política Brasileira Contemporânea 2020; Estado, Democracia e Direito no Brasil. Trinta Anos da Constituição Cidadã (Org.)*, 2018 e *O Brasil nas Urnas. As Eleições Municipais de 2016* (Org. com Ricardo Ismael, 2017).

IZABEL SAENGER NUÑEZ

Pesquisadora de pós-doutorado (PNPD/CAPEs) vinculada ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/PPGA/UFF) e ao Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF (PPGA/UFF). Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sujeitos, Sociedade e Estado (NEPSE/UFF) e pesquisadora de projetos na FGV Direito/Rio. Doutora em Antropologia pelo PPGA/UFF (2018). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF (2012). Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS (2007). Autora de: NUÑEZ, Izabel Saenger. Com defun-tos réus na administração de conflitos no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. *Antropolítica: revista contemporânea de antropologia*, v. 47, p. 89-117, 2019. NUÑEZ, Izabel Saenger. *Dogmas e doutrinas: verdades con-sagradas e interpretações sobre o tribunal do júri*. Rio de Janeiro: Auto-grafia, 2018. v. 1. 230p.

JOSÉ DE SESTELO

Cirurgião-dentista com mestrado em Saúde Comunitária pelo ISC/UFBA, doutorado em Saúde Coletiva pelo IESC/UF RJ e pós-doutorado pela mesma instituição. É pesquisador do Grupo de pesquisa e Documentação sobre o Empresariamento da Saúde- GPDES/UF RJ. Pública e pesquisa sobre fi-nanceirização e articulação público-privada na assistência à saúde.

JOYCE FONSECA LUCAS

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciência Política (2014) e

ORGANIZADORES



GERALDO TADEU MONTEIRO é cientista político, doutor em Direito (Uerj), Professor Associado de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Uerj e coordenador, desde 2018, do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisa sobre a Democracia (Cebrad) da Uerj.



CARLOS SÁVIO TEIXEIRA é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordena, desde 2013, o Laboratório de Alternativas Institucionais (LAI) da UFF/CNPq.